

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DIMENSIONADA POR PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES NAS IES: CURSOS DE NIVELAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE LEITURA E ESCRITA DO ALUNO UNIVERSITÁRIO ¹

FRANCISCO RENATO LIMA ²
CONCEIÇÃO DE MARIA ALVES LEAL ³
CELSO HENRIQUE PATRÍCIO FRANCO JUNIOR ⁴
MARCELA RODRIGUES MOURA DA COSTA VALLE ⁵

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) e FACULDADE SANTO AGOSTINHO (FSA)

RESUMO: A formação superior hoje perpassa por uma série de questões que estão para além da mera tecnicidade das áreas específicas do saber, mas compreende o reconhecimento e valorização do sujeito como um todo. Diante disso, esse estudo, o qual trata da avaliação institucional nas IES, objetiva avaliar o nível de importância dos cursos de nivelamento na recuperação dos *déficits* de leitura e escrita do aluno e, melhorar a qualidade da sua formação profissional. Para tanto, parte-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, apoiada nas leituras de Barreto *et al* (2014), Dias Sobrinho (2001/2007/2010), Perrenoud (1999), Trindade (2007), Lima; Silva (2015), Vianna (2000), entre outros; além de fundamentos legais do Ministério da Educação (MEC), propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A leitura desses fundamentos possibilita o entendimento de que, como mecanismo inerente a política acadêmica de avaliação institucional, os cursos de nivelamento contribuem significativamente para identificar, valorizar e superar as

¹ Esse artigo é uma versão ampliada de um trabalho apresentado na disciplina “Avaliação Institucional nas IES” do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência no Ensino Superior da Faculdade Santo Agostinho (FSA), ministrada pela professora Ma. Jeiel Maira Lucena da Silva, a quem agradecemos pela leitura crítica, atenta e as sugestões de melhoria.

² Graduado em Pedagogia (FSA) e em Letras - Português (INET). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência no Ensino Superior (FSA). Especialista em Educação a Distância (UNOPAR). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Com experiência docente na rede pública e privada de ensino básico e superior. E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia (FSA). Especialista em Docência no Ensino Superior (FSA). Email: preleal@hotmail.com

⁴ Graduado em Ciências Contábeis (CEUT) e em Fisioterapia (FACID). Especialista em Docência no Ensino Superior (FSA). Email: celsohpj@yahoo.com.br

⁵ Graduada em Letras – Português (UESPI). Especialista em Docência no Ensino Superior (FSA). Email: marcmlopes@hotmail.com

fragilidades do aluno, no tocante às habilidades de leitura e escrita. E assim, conclui-se que eles possibilitam condições para uma melhor formação e inserção do aluno no mercado o trabalho, e principalmente, para o exercício ético da cidadania e garantia de seus direitos sociais.

Palavras chave: Avaliação Institucional. Nivelamento. Leitura e Escrita. Aluno universitário.

ABSTRACT: The higher education today permeates a number of issues that are beyond the mere technicality of specific disciplines, but includes the recognition and appreciation of the subject as a whole. Therefore, this study, which deals with the institutional assessment in HEIs, aims to assess the level of importance of leveling courses in the recovery of reading and writing *deficits* student and improving the quality of their training. To this end, part is a bibliographical research, qualitative approach, based on readings of Barreto *et al* (2014), Dias Sobrinho (2001/2007/2010), Perrenoud (1999), Trindade (2007), Lima; Silva (2015), Vianna (2000), among others; as well as legal grounds the Ministry of Education (MEC), proposed by the National System of Higher Education Assessment (SINAES). Reading these fundamentals enables the understanding that, as a mechanism inherent in academic politics of institutional assessment, leveling courses contribute significantly to identify, evaluate and overcome the weaknesses of the student, with respect to reading and writing skills. And so it follows that they enable conditions for better training and introduction of students in the job market, and especially for ethical citizenship and guarantee their social rights.

Key-words: Institutional evaluation. Evening. Reading and writing. University student.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre leitura e escrita perpassa pelo viés pedagógico e formativo do estudante desde a sua inserção na escola básica, uma vez que o desempenho nestes processos de aprendizagem acarreta no modo como esse sujeito se desenvolverá tanto nas atividades da vida pessoal, profissional e, principalmente acadêmica. No ensino superior, a questão alcança desdobramentos muito específicos, que na prática, podem ser sintetizados pelos discursos que ecoam das vozes de muitos professores: “... *os alunos não sabem ler e escrever! Como conseguiram chegar a essa etapa de ensino? Como passaram no vestibular?*”. É, sobretudo, nas disciplinas consideradas de maior abstracionismo teórico, que demandam a leitura e escrita de textos de forma crítica,

interpretativa, compreensiva, que se acentua esse problema. Tendo em conta a implicância disso no desempenho da produção acadêmica e na formação do aluno, a discussão proposta neste estudo, se desmembra a partir do seguinte questionamento: Qual o nível de importância dos cursos de nivelamento na recuperação dos *déficits* de leitura e escrita do aluno, contribuindo para a melhoria de sua formação profissional?

A despeito dessa problemática, os caminhos pelos quais a leitura e a escrita perpassam no espaço universitário representam, tanto para o aluno e como para o professor, um desafio sempre a ser pensado e articulado em suas práticas. Apesar de um forte investimento, de políticas governamentais educativas⁶ no sentido de superar esse problema, um grande número de alunos ainda saem do Ensino Médio e chegam à universidade apresentando dificuldades em ler e escrever e, que os impede de uma melhor desenvoltura com as especificidades da escrita acadêmico-científica, a qual exige reconhecimento, produção e adequação da estrutura textual e linguagem apropriada com os diferentes gêneros do discurso que fazem parte da esfera acadêmica (resumo, resenha, artigo científico, ensaio, monografia etc.).

Lidar com essa questão é buscar respostas às exigências impostas pelo mundo letrado, de modo que as Instituições de Ensino Superior (IES) buscam por meio de propostas vinculadas ao cumprimento das exigências da avaliação institucional instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolver ações estratégicas que identifiquem, reconheçam e superem esses problemas, com vistas, tanto a melhoria na formação do aluno, como um melhor desempenho da instituição nos índices avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁷.

⁶ Os baixos índices em leitura e escrita estão relacionados com o analfabetismo, que constitui uma das principais mazelas da história da sociedade e, que atualmente constitui faz parte da agenda governamental, no sentido de superação desse quadro. Em virtude disso, já foram desenvolvidos ações e programas ao longo do século XX e, que se intensificaram desde o início do século XXI, como por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003 com a meta de erradicar o analfabetismo, destinado a alfabetização de jovens, adultos e idosos, com foco principalmente, em municípios com taxas de analfabetismo superiores a 25%, cuja quase totalidade, cerca de 90%, encontra-se localizada na região Nordeste do país (BRASIL, 2015a).

⁷ O SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Em seu processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. As informações que o constituem são advindas, principalmente do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. Os resultados dessas informações são utilizados para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e também de responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (BRASIL, 2015b)

Diante dessa situação, a avaliação institucional, no eixo de suas políticas avaliativas de caráter interno e de curta escala, busca por meio dos Programas de Atendimento aos Estudantes, oferecer cursos de nivelamento em língua portuguesa, na configuração de ‘Português Instrumental’. Assim, nesse estudo, objetiva-se avaliar o nível de importância desses cursos na recuperação dos déficits de leitura e escrita do aluno universitário e, melhorar a qualidade da sua formação profissional; tendo como público alvo dessa abordagem, alunos de cursos superiores; e campo de ação teórica, o processo de avaliação institucional nas IES, com foco nesses Programas.

A construção teórico-metodológico dessa discussão parte de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com base nos métodos descritivo e explicativo, ancorada nas leituras propostas, principalmente, por Barreto *et al* (2014), Dias Sobrinho (2001/2007/2010), Perrenoud (1999), Trindade (2007), Lima; Silva (2015), Vianna (2000), entre outros; bem como a orientação legal contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998), documentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), entre outras normativas, sob a autarquia do Ministério da Educação (MEC).

Essas ideias organizam-se do seguinte modo: primeiro, apresenta-se uma abordagem sobre avaliação institucional no ensino superior; em seguida, discute-se sobre o processo de leitura e escrita na esfera universitária, apontando para as dificuldades que os alunos enfrentam nos caminhos da produção acadêmica; no tópico terceiro, discute-se, de modo mais específico, como os Programas de Atendimento aos Estudantes nas IES, como política acadêmica de avaliação institucional, que auxilia na recuperação dos *déficits* de leitura e escrita do aluno e, por consequência, a melhoria na qualidade de sua formação profissional.

2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS IES: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para situar a problemática da avaliação, seja institucional ou da aprendizagem, tendo em vista que elas mantêm estreita relação, em virtude de que ambas ensejam conhecer e melhorar o ensino e a aprendizagem recorre-se a uma breve leitura histórica

sobre a avaliação nos diversos contextos sociais. Assim, recorre-se a Viana (2000, p. 22), quando destaca que: “[...] desde o início do processo civilizatório houve alguma forma de avaliação. Ousaríamos dizer que a avaliação surgiu com o próprio homem, se entendermos por avaliação a visão apresentada por Stake – o homem observa; o homem julga, isto é, avalia”.

Percebe-se com isso, que desde os primórdios da humanidade, a avaliação sempre esteve presente na sociedade e na forma como se engendravam as relações e as práticas sociais entre os sujeitos e suas instituições. Dias Sobrinho (2010, p. 15) situa essa discussão histórica⁸ quando aponta que a China e a velha Grécia, “há mais de 2 mil anos [a.C] [...] já fazia exames de seleção para os serviços públicos [...] numa verificação das aptidões morais daqueles que se candidatavam a funções públicas”. Assim, o autor situa que “antes mesmo da institucionalização das escolas, a avaliação já era praticada para fins de seleção social” (DIAS SOBRINHO, 2001, p. 35). Embora esse tipo de avaliação praticada não tivesse uma ligação direta com a educação ou mesmo a escola formal, que naquela época ainda trilhava seus primeiros passos como instituição responsável por um saber legitimado socialmente, é importante mencionar, pois evidencia o caráter e o sentido que a avaliação sempre possui nas diversas esferas da atividade social e humana.

Para Perrenoud (1999, p. 53), “a avaliação não é uma tortura medieval, é uma invenção mais tardia, nascida com os colégios por volta do século XVII e tornado indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com a escolaridade obrigatória”. No âmbito educacional moderno, ela só começa a ganhar uma dimensão mais estruturada no século XX, quando as primeiras escolas começaram a ser formadas. O primeiro a tratar do termo “avaliação educacional” foi Ralph Tyler em 1934, considerado ‘o pai da avaliação educacional’. Ele acrescentou a avaliação aos elementos que já empregava em seus estudos, como: estabelecimento de objetivos, seleção de conteúdos e organização destes de modo seqüencial (TYLER, 1974). E é nesse princípio introdutório a esfera escolar, que ela surge com o sentido de examinar, mensurar, selecionar, classificar, e por consequência, excluir, como ainda é muito praticamente atualmente.

⁸ Para maior aprofundamento sobre a história da avaliação, Dias Sobrinho (2003) recomenda as leituras de Guba e Lincoln (1982) – GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective evaluation**. São Francisco: Jossey-Bass, 1982.; e Stufflebeam e Shinkfield (1987) – STUFFLEBEAM, D. L.; SHINKFIELD, A. J. **Evaluación sistemática: guía teórica y práctica**. Madri: Paidós, 1987.

Considerada essa sua trajetória, a avaliação situa-se então, no campo do social, ou seja, na amplitude das práticas sociais das quais o homem participa, dentre elas as práticas educativas no âmbito da educação superior, como se discute neste estudo, ao referir-se a avaliação institucional, como um instrumento que possibilita conhecimento, organização, auto-avaliação e melhoria da qualidade do ensino das IES, tendo em vista que “de todo ato avaliativo emana alguma escolha que dá consequência àquela ação” (BOTH, 2007, p. 27).

A avaliação institucional é, por conta disso, considerada hoje, um importante recurso a serviço do ensino superior, “graças aos efeitos que produz no desenvolvimento da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 53). Por conta disso, torna-se cada mais presente na agenda de cumprimento de atividades acadêmicas das IES, o comprometimento com os resultados da avaliação, considerando-se que a partir deles, podem ser tomadas decisões de caráter gestor, administrativo e pedagógico, que busque a melhoria, tanto do ensino, como o reconhecimento e valorização de uma política de intervenção social na realidade em que atua, validando assim, a indissociabilidade entre o ensino superior e o contexto social.

[...] a desordenada expansão do sistema de educação superior no Brasil passou a exigir do Estado instrumentos de avaliação suficientemente vigorosos que estabeleçam para as Instituições de Educação (IES) níveis de qualidade capazes de corresponder às demandas legítimas da população estudantil e, ao mesmo tempo, que atendam a critérios científicos e acadêmicos reconhecidos internacionalmente (TRINDADE, 2007, p. 11)

A centralidade e emergência de uma aprofundada discussão sobre políticas e instrumentos estratégicos de avaliação institucional decorrem, sobretudo, desse fenômeno da expansão do ensino superior no Brasil, conforme alude Trindade (2007). Nesse contexto, a avaliação tem adquirido papel central “nas políticas educacionais, com o propósito dos Estados ampliarem as ações de controle e fiscalização sobre as instituições e os sistemas educacionais, fenômeno apontado pelos estudiosos em avaliação como a presença do “Estado Avaliador” na educação” (SILVA; LIMA, 2015, p. 05).

As ferramentas de avaliação devem ser incorporadas à cultura organizacional da IES, constituindo uma forma de promoção do seu autoconhecimento e de todos os

segmentos que a compõem: gestão, discentes, docentes, funcionários técnicos e administrativos, eixos familiares e comunidade em geral, com vistas ao controle efetivo da gestão institucional, melhoria nos processos educacionais e administrativos, conquista da autonomia universitária, cumprimento da responsabilidade social, compromisso ético, científico e cultural com a formação dos educandos; e, tudo isso culmina, com o efetivo cumprimento do papel da universidade, na “promoção de um ensino de qualidade, articulado entre toda a comunidade universitária, no compromisso de formar para o exercício da cidadania e da democracia” (LIMA; SILVA, 2015, p. 06). Sobre isso, Dias Sobrinho (2008, p. 194-195), argumenta que:

A educação superior cumpre atividades que carregam significados bastante complexos, relacionados com as questões epistêmicas, éticas, políticas, sociais, econômicas, culturais etc., Entretanto, essa complexidade não deve ser vista como um empobrecimento por fragmentação e, sim, como possibilidade de múltiplas interações e relações.

A avaliação é um processo aberto à polissemia, mas não deve ser dispersiva. Por isso, a avaliação da educação superior não pode perder o seu foco principal, para também não perder sua eficácia social e pedagógica. Em outras palavras, sua referência central são os papéis essenciais da educação superior. Isto traz o sério problema de enfrentar uma definição ainda que rudimentar a respeito das finalidades e dos papéis essenciais da educação superior – tema também sempre carregado de ideologia e, então, de valores e interesses.

Assim, a avaliação constitucional constitui-se como um mecanismo de legitimação e valorização do papel da IES na esfera social em que atua, tendo em vista que, ela atua como agente ativo e de transformação social, mediando e intermediando condições para alavancar as questões, tanto internas, relacionadas ao ensino e aos interesses da gestão, bem como as externas, nas quais se situam, por exemplo, as atividades de extensão e responsabilidade social, que podem desenvolvidas a partir de uma articulação com os resultados da avaliação, desde que ela assuma uma dimensão diagnóstica, formativa e transformadora.

A política de estruturação da avaliação institucional nas IES deve considerar um conjunto de indicadores de desempenho, aliando aspectos qualitativos e quantitativos, dinâmicos, continuamente reavaliados e adequados para que o processo de avaliação seja efetivamente proveitoso para a IES e, principalmente, para aqueles que se beneficiam de seus serviços, no sentido de intervir e superar o problema. Nesse nível da

discussão, é importante apontar, portanto, para os estudantes que enfrentam dificuldades com algumas habilidades básicas exigidas para um bom desempenho social e acadêmico, como por exemplo, a leitura e a escrita, das quais se trata a seguir, buscando entrelaçar os fundamentos teórico-epistemológicos que constituem a proposta deste estudo.

3 LEITURA, ESCRITA E OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE

A leitura e a escrita constituem, no âmbito da cognição humana, atividades de intercambiáveis de organização de ideias, realização de inferências na e sobre o mundo, de modo que o sujeito ao se envolver nelas, de forma proativa e significativa, torna-se capaz de alcançar níveis de compreensão, inferência e articulação crítica e dialógica dentro do espaço de atividade humana em que atua e ressignifica seu lugar no mundo.

Partindo dessa compreensão, a qual situa a ação do homem no mundo, mediada pela leitura e escrita é que se busca problematizar teoricamente, as configurações e as significações práticas e aplicadas desses processos nos espaços acadêmico-científicos das IES, em que a ausência do pleno domínio dessas habilidades, representa um descompasso para o alcance dos objetivos, tanto do aluno, que não consegue se sobressair com desenvoltura e autonomia crítica frente aos textos que constituem as leituras básicas de sua formação; quanto da IES, que com isso, tem sua missão de formar sujeitos críticos e reflexivos para com o exercício da profissão, comprometida e abalada socialmente.

No alinhavado teórico-crítico dessa discussão, torna-se importante pensar sobre: O que é um texto? O que é ler? O que é escrever? Que dimensões cognitivas, sociais, dialógicas e sociais esses processos assumem na vida acadêmica e de produção científica do aluno? Postula-se esses questionamentos e busca-se, na literatura pertinente, fundamentá-los, de modo a ampliar e ao mesmo tempo, delinear o olhar para a discussão deste estudo. Koch (2011, p. 17), PCN's (1998, p. 41), Câmara Jr (2001, p. 61), Bertrand (2003, p. 413), Kramer (2003, p. 66) e Orlandi *et al* (2005, p. 19) situam, portanto, este entendimento, quando, respectivamente, expressam:

[...] na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, **o texto** passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da **interação**. (KÖCH, 2011, p. 17) (Grifos nossos)

A **leitura** é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de **construção do significado do texto**, a partir dos seus objetivos, do conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de ‘extrair informação da escrita’ decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, **compreensão**. Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura, constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso de procedimentos desse tipo que permite controlar o que vai sendo lido, **tomar decisões** diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas etc. (BRASIL, 1998, p. 41) (Grifos nossos)

A arte de **escrever** precisa assentar, analogamente, numa atividade preliminar já radicada, que parte do ensino escolar e de um **hábito de leitura** inteligentemente conduzido; depende muito, portanto, de nós mesmos, de uma **disciplina mental** adquirida pela autocrítica e pela observação cuidadosa do que outros com bom resultado escreveram. (CAMARA JR, 2001, p. 61) (Grifos nossos)

[...] o **leitor**, ao **ler**, atualiza o **texto** e o seu **sentido**, de acordo ou não com suas **expectativas** e previsões advindas de sua competência linguística e cultural. Mas o texto também procura e cria o seu leitor: ele o inventa o mais próximo possível da linguagem, na sua substância e nas suas formas, suscitando a dúvida, a inquietude e a surpresa. Por meio da diversidade dos modos de crença que a leitura propõe, eis que se encontram, invertidas, a experiência sensível da língua e a experiência cultural do mundo (BERTRAND, 2003, p. 413) (Grifos nossos)

O que faz de uma escrita uma experiência é o fato de que **tanto quem escreve quanto quem lê enraízam-se numa corrente, constituindo-se com ela**, aprendendo com o ato mesmo de escrever ou com a escrita do outro, formando-se. [...] A **leitura** e a **escrita** podem, à medida que se configuram como experiência, desempenhar **importante papel na formação**. (KRAMER, 2003, p. 66) (Grifos nossos)

Atribui-se à leitura um valor positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e de prazer, de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação. (ORLANDI *et al.*, 2005, p. 19)

Postas em diálogo, essas conciliáveis reflexões teóricas, respondem, de certo modo, aos questionamentos feitos anteriormente, com o intuito de fundamentar essa discussão e, assim, constroem uma teia de entendimento acerca da importância da

leitura e da escrita no desenvolvimento da vida acadêmica e de produção científica intelectual do aluno.

Com isso, localiza-se a importância disso acontecer de forma satisfatória e contínua. E é pensando sobre isso, que se aponta para uma situação antagônica, em que não há uma realização desses processos, em virtude que o aluno, muitas vezes, chega ao ensino superior com pouco domínio nas habilidades de leitura e escrita. Quando isso acontece, existem implicações sociais mais imediatas, como a reprovação e a exposição frente ao professor e colegas; e também, as implicações a longo prazo, como a perpetuação de sua dificuldade que se refletirá em uma má atuação profissional no mercado de trabalho.

Quando se trata disso, não se refere apenas a codificar ou decodificar os signos linguísticos, que na prática, significa ler e escrever, mas refere-se ao exercício dessas habilidades, mas de forma crítica e emancipada, interagindo, interpretando e reconstruindo os sentidos do texto, não o tomando como um dado pronto e acabado, mas como um espaço diálogo em construção contínua, que se renova a cada leitura; e para tanto, exige um leitor, com apurado nível de letramento escolar, que é o que se espera do aluno do ensino superior.

Identificadas essas dificuldades, as IES buscam, de diferentes formas, desenvolver ações e estratégias que recuperem esse aluno, com vistas ao seu melhor desempenho nas atividades do curso e por conseqüência, sua formação e atuação profissional, considerando-se que ao sair da graduação ele carrega o nome e o conceito da IES, o que faz com que ela tenha interesse em formá-lo com qualidade e competências para atender as demandas do mercado.

Dentre essas ações, estão aquelas dimensionadas pela avaliação institucional, como por exemplo, os Programas de Atendimento aos Estudantes, nos quais se situam os cursos de nivelamento, conforme aponta o documento “*Instrumento de Avaliação Institucional Externa: Subsídios os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)*” (2014), do Ministério da Educação (MEC), sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, item 3.9, que traz a seguinte redação:

3 Quando os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos/implantados de maneira **suficiente**. (BRASIL, 2014, p. 15)

(Sublinhado: grifo nosso; Em negrito: grifo no original)

Sobre esses Programas e cursos, discute-se de forma mais específica, a seguir.

4 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES: POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, RECUPERAÇÃO DOS DÉFICITS DE LEITURA E ESCRITA E MELHORIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No cumprimento às exigências do MEC e atendimento prático às necessidades dos alunos, os Programas de Atendimento aos Estudantes, efetivados por meio de cursos de nivelamento, têm função tripla no funcionamento da IES: primeiro, como política de avaliação institucional; segundo, como forma de recuperação dos *déficits* de leitura e escrita dos alunos; e terceiro, na melhoria na formação profissional dos alunos, que ao egressarem da Instituição, levam para o mercado de trabalho, aquilo que aprenderam na graduação; e quando esse ensino foi ministrado com qualidade, isso se reflete nesses egressos passando em concursos públicos ou ocupando bons cargos em grandes empresas privadas. E tudo isso, retorna para a IES em forma de *marketing*, uma vez que dizer da realização profissional de seus ex-alunos é mostrar para a sociedade, o reflexo de um trabalho comprometido com a qualidade e a seriedade com o produto ou serviço que oferece.

O funcionamento desse dispositivo legal, conforme orienta o documento do SINAES, acontece com vistas a um processo educacional que acima de tudo, prepare o sujeito para o exercício da cidadania e a garantia de seus direitos humanos básicos, considerando-se que se esse aluno chega ao ensino superior com dificuldades em leitura e escrita, que são requisitos básicos e absolutamente necessários para que ele se sobressaia em qualquer disciplina ou curso, é porque, de algum modo, durante a sua formação nos níveis de ensino anteriores (educação infantil, ensino fundamental e médio), ele teve dificuldades que não foram recuperadas, seja relacionadas à fatores internos ou biológicos; ou mesmo fatores sociais e externos, como, por exemplo, a má qualidade do ensino da escola básica, que muitas vezes, ainda tem professores com formação precária, falta de estrutura física e pedagógica de apoio e incentivo a leitura,

carência de biblioteca, entre outros fatores que constituem o cenário da escola pública brasileira, e que corroboram para que o aluno não aprenda de forma plena, e isso, se estenda por toda a sua vida acadêmica, fazendo com que ele chegue as IES carente em habilidades de leitura e escrita, de forma crítica e autônoma.

Quanto ao ensino da língua portuguesa, Barreto (2004, p. 09) aponta para a forma como ele acontece na vida do aluno, estabelecendo um paralelo comparativo entre sua organização em alguns níveis sequenciais de ensino:

A diferença básica entre o ensino médio e a universidade é que o discente universitário tem que colocar em prática o conteúdo que foi ensinado no ensino médio. No entanto, a língua portuguesa, nem sempre, foi ensinada da melhor maneira possível, isto é, com a intenção de, realmente, dar autonomia ao educando, a fim de que ele, agora, na universidade, saiba concatenar o conteúdo de todas disciplinas e possa elaborar um texto rico sintática e semanticamente.

Assim, ao entrar na universidade, há uma ruptura no modo como esse ensino vinha acontecendo na vida aluno. Pode-se dizer que no ensino médio é oferecido embasamento teórico-conceitual, e no ensino superior, exige-se uma aplicação crítica desses conceitos. Na universidade, o estudante depara-se com uma nova organização curricular e uma série de exigências relativas ao domínio do ler e do escrever, e que muitas vezes, ele não consegue responder a contento. Ao identificar essas fragilidades, através de avaliações diagnósticas e formativas, a IES busca intervir com propostas formativas que recupere, promova e capacite o aluno para lidar com as exigências de uso crítico da língua na universidade.

As deficiências trazidas pelo aluno, em especial no que diz respeito à leitura e interpretação dos textos e a escrita, são percebidas nas mais variadas áreas do conhecimento universitário e envolvem todo o percurso acadêmico. Tal fato contribui, assim, para elevados índices de má formação universitária, um fator negativo que nos leva a refletir sobre formas de melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade social, buscando possíveis soluções para essas dificuldades dos alunos ingressantes no ensino superior. (BARRETO *et al.*, 2012, p. 101)

Assim, cabe à universidade estabelecer, em sua política institucional, programas que facilitem a apropriação do conhecimento científico que permeia o processo ensino-aprendizagem da academia, direcionado para esse alunado ingressante, como forma de oferecer-lhe as melhores condições de formação e inserção profissional, alicerçadas na geração e apropriação de

conhecimentos, nas mais variadas dimensões educacionais, que situem o aprendizado acadêmico em sua relação mais profunda com o saber do aluno, resgatando a experiência acumulada ao longo de sua existência e transformando-o em ator e sujeito dos processos produtivos do saber. (BARRETO *et al.*, 2012, p. 110-111)

Os cursos de nivelamento nas IES podem então ser compreendidos como além de uma exigência da avaliação institucional, mas constituem uma atividade de correção de fluxo escolar, na medida em que oferece alternativas de recuperar uma aprendizagem que não aconteceu ‘no tempo certo’, ou seja, na idade e nível de escolarização adequados que o estudante deveria ter aprendido. Funcionam, em qualquer nível de ensino, como formas de conhecer e valorizar o aluno, naquilo que constitui suas singularidades e os tempos e espaços específicos de aprender. Assim, quanto aos benefícios desse Programa para as IES, Barreto *et al* (2012, p. 110) enfatiza que:

[...] a proposta dos cursos de nivelamento se apresenta às direções de curso como um valioso instrumento de apoio tático e estratégico na busca de soluções para atender ao desafio de não apenas garantir o acesso ao ensino superior, mas, também, de permanência do aluno na academia, para que a utilize para alargar sua visão de mundo e para assumir uma perspectiva crítica em relação à sociedade e a si mesmo. (BARRETO *et al.*, 2012, p. 110)

O propósito de formar profissionais competentes e qualificados para o mercado de trabalho faz com que tanto as IES, tanto públicas ou privadas, considerando as semelhanças e diferenças no modo como se organizam, busquem alternativas que validem seu papel social e isso inclui diretamente os cursos de nivelamento, uma vez que através deles, elas estão garantindo aos alunos não apenas formações específicas em campos aplicados do saber humano, mas oferecem também o acesso a saberes legitimam seus direitos como cidadão no atual mundo letrado, que é o saber ler e escrever com proficiência.

Contribuindo para essa discussão, Barreto *et al* (2012, p. 110) ainda salienta a importância desses cursos, apontando para seus objetivos e, principalmente, os resultados positivos que eles podem ter na vida dos alunos, conforme se discute nesse estudo:

A participação nos cursos de nivelamento com o objetivo de resgatar as competências e habilidades nas áreas de linguagem, “adormecidas” pelo fato da conclusão do ensino médio ter acontecido num tempo muito distante, ainda na juventude, ou, ainda, devido à atual precariedade do aprendizado da língua materna no ensino médio público, faz com que o aluno recém-aprovado no vestibular para o ensino superior, tecnológico ou não, sinta-se motivado para estudar, usando essa experiência para tornar o aprendizado acadêmico mais estimulante, já que, por essência, os cursos de nivelamento consideram o ritmo próprio de cada aluno, suas características pessoais e profissionais, seus interesses e perspectivas, possibilitando a facilitação do processo ensino-aprendizagem.

Considerada a sua importância, os cursos de nivelamento devem ser planejados e executados de modo articulado a realidade de seu público alvo. Isso implica em pensar em questões como: o modo como esses alunos serão abordados e ‘convidados’ para participarem do curso, sem constrangê-los ou expô-los, uma vez que se trata, de certo modo, de estar ensinando um adulto universitário a ler e escrever e, isso pode ser uma questão delicada para a pessoa; a adequação de datas e horários, considerando que atualmente, a maioria dos estudantes também trabalha; a escolha do professor para ministrar as aulas, que ele tenha uma capacitação adequada para saber lidar com as especificidades deste modelo de curso; entre outras questões que cabem a responsabilidade da organização pedagógica da IES.

Segundo Barreto *et al* (2012, p. 107) na organização da estrutura pedagógica desses cursos, “não devemos esquecer a importância do grupo envolvido nas atividades propostas nos cursos de nivelamento, pois a coletividade passa a ser uma mostra do microcosmo do espaço formador da universidade, como um território onde circulam, também, relações de poder”, ou seja, em uma sala de alunos de cursos de nivelamento em leitura e escrita, podem ter alunos de cursos de diferentes áreas (humanas, saúde, exatas) e de diferentes origens ou motivações que desencadearam aquela situação e, por conta disso é preciso uma organização pedagógica bem definida, desde o planejamento à execução desses cursos, tendo bem definidos os objetivos, as habilidades e as competências que pretende desenvolver ou recuperar nesses alunos. A autora ainda acrescenta que:

Na elaboração dos cursos de nivelamento, é importante dar ênfase aos cuidados com o conteúdo abordado e com o planejamento de como aplicá-lo para esse público tão ansioso por novos conhecimentos. Se faz mister investir na boa prática de relacionamento, que consiste na proposição de atividades

que visem desenvolver uma maior afetividade na inter-relação pessoal (professor-aluno/ aluno-professor/aluno-aluno). Não esquecendo que todos devem ter acesso aos conteúdos abordados de igual modo, com o intuito de reforçar os conceitos pré-existentes e solidificar os conteúdos novos que possam vir a ser abordados. (BARRETO *et al.*, 2012, p. 107)

Nessa atividade formativa, merece destaque ainda, a forma como os resultados desses cursos são avaliados, pois já que a sua inserção na cultura universitária faz parte de uma exigência de avaliação institucional do MEC, é importante que eles sejam acompanhados e constantemente revistos no modo como veem sendo positivos ou não para o desempenho do aluno nas suas atividades de leitura e escrita acadêmico-científica. E é nessa etapa do processo que o aspecto formativo, processual e dialógico da avaliação da aprendizagem (que atua conjuntamente a avaliação institucional, construindo o que se chama de ‘avaliação educacional’) deve prevalecer e contribuir para o fortalecimento do curso, e, principalmente, para a aprendizagem do aluno e o sucesso do ensino da IES como um todo.

Desse modo, pode-se considerar que os cursos de nivelamento nas IES representam papel essencial na recuperação dos *déficits* de leitura e escrita do aluno, e por consequência, contribuem para a melhoria de sua formação profissional. Os resultados dessa associação são bastante claros e evidenciam a forma como a universidade deve caminhar em sintonia com a sociedade, buscando atuar sobre esta, de forma significativa e transformadora. Isso acontece por meio da formação de sujeitos críticos, participativos e atuantes nas múltiplas esferas do saber humano, sendo sujeito, tanto de sua história de crescimento individual, como também da história social coletiva, na medida em que se empenha em dar respostas que dignifiquem a sua profissão, sendo ético e competente na sua área de atuação; assumindo o papel de cidadão comprometido com as causas sociais; e, sobretudo, no respeito e valorização ao próximo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso formal a leitura e escrita se dá ainda na alfabetização, e o modo como esse processo acontece pode ser considerado como fator determinante no desempenho e sucesso do sujeito em todas as atividades que se envolve futuramente. O domínio dessas

ferramentas na atual configuração histórica, política, econômica e cultural da sociedade representa uma abertura para uma rede de contatos e interesses que elevam significativamente o crescimento do sujeito. E um dos espaços onde isso acontece prioritariamente é a universidade, uma vez que ela é uma instituição historicamente construída a serviço de formar sujeitos com vistas ao exercício da cidadania, a mudança e transformação social. No cumprimento desse papel, perpassam por ela, diferentes situações e questões que precisam ser minuciosamente pensadas, como por exemplo, o não domínio das ferramentas anteriormente citadas.

Desse modo, considerando essa problemática, neste estudo desenvolveram-se teorizações em torno da avaliação institucional e a complexidade que ela alcança no ensino superior, partindo do seguinte questionamento: Qual o nível de importância dos cursos de nivelamento na recuperação dos *déficits* de leitura e escrita do aluno, contribuindo para a melhoria de sua formação profissional?

Na amplitude representativa que é o fenômeno das dificuldades em leitura e escrita, é possível destacar que os cursos de nivelamento nas IES exercem papel fundamental no desempenho do aluno em suas atividades acadêmicas, que serão o reflexo do que ele será no mercado de trabalho. Esses cursos constituem atividades necessárias de serem implantadas nas IES, o que requer destas, um trabalho efetivo de acompanhamento do aluno, desde que ele entra na instituição, buscando ao máximo conhecer a realidade de onde ele advém e integrá-lo a cultura acadêmica, que é marcada por relações de forças, poder e historicidade diferenciadas daquelas a que ele estava submerso na sua vida cotidiana.

Inobstante, não se pode pensar a prática avaliativa sem concepções e modelos que a norteiem; e neste caso, essa relação teórico-prática deve ser bem conjugada, principalmente no que diz respeito a avaliar a aprendizagem do aluno, valorizando o que ele sabe e a partir de suas fragilidades - em leitura e escrita, neste caso -, criar condições estratégicas que o desafie e o faça crescer dentro da IES, direcionando-o para uma formação cidadã, ética, sólida e competente para o exercício da profissão. E é justamente essa possibilidade que a propostas dos cursos de nivelamento podem oferecer no âmbito universitário.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Laís Karla da Silva *et al.* Linguagem, comunicação e inclusão: a importância do curso de nivelamento em língua portuguesa para os cursos superiores de tecnologia da Universidade Potiguar – UnP. **Connexio**: Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios. Ano 1, nº 2, fevereiro-julho de 2012, p. 99-112. Disponível em: < <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/95/120> >. Acesso em: 23 ago. 2015.

BARRETO, Cíntia Cecília. **A importância do ato de escrever no ensino de língua portuguesa**. 2004. Disponível em: <<http://www.cintiabarreto.com.br/artigos/aimportanciadoatodeescrever.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: a fisiologia do conhecimento**. Curitiba: IBPEX, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD**. 2015a. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 21 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2015b. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12303&option=com_content >. Acesso em: 21 ago. 2015.

BRASIL . Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria da Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Instrumento de avaliação institucional externa: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)**. Brasília: MEC/SINAES/CONAES/INEP/DAES, 2014.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas na educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol. 13, n. 1, pp. 193-207. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf> >. Acesso em: 22 ago. 2015.

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sônia. Escrita, experiência e formação: múltiplas possibilidades de criação escrita. In: YUNES, Eliana. **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA, Francisco Renato; SILVA, Jovina da. A universidade no século XXI: em busca de uma educação para a autonomia e a superação da crise dos paradigmas modernos. In: **Anais Eletrônicos, Resumos, Pôsteres e Comunicações do VI ENFORSUP / I INTERFOR** [CD-Rom e Online]. Brasília: UNB, 2015. v. 1. p. 1-14. Disponível em: < <http://www.enforsupunb2015.com.br/congresso/files/artigo/1424743775.doc> >. Acesso em: 20 ago. 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli *et al.* **Leitura**: perspectivas interdisciplinares. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Tradução Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato. Avaliação institucional: um mecanismo de acomodação ou transformação da gestão no ensino superior? In: **Anais Eletrônicos, Resumos, Pôsteres e Comunicações do VI ENFORSUP / I INTERFOR** [CD-Rom e Online]. Brasília: UNB, 2015. v. 1. p. 1-14. Disponível em: < <http://www.enforsupunb2015.com.br/congresso/files/artigo/1424743880.doc> >. Acesso em: 20 ago. 2015.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**. São Paulo: IBRASA, 2000.

TRINDADE, Hélió. **Desafios, institucionalização e imagem pública da CONAES**: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Tradução Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1974.

Artigo revisado pelos autores